

APONTAMENTOS SOBRE ECONOMIA DO CUIDADO, FEMINISMOS E MULHERES

NOTES ON THE ECONOMY OF CARE, FEMINISMS AND WOMEN

NOTAS SOBRE LA ECONOMIA DEL CUIDADO, FEMINISMOS Y MUJERES

Joselia Aparecida Pires Vicente¹

Tânia Regina Zimmermann²

Resumo

Este artigo objetiva incitar discussões sobre a economia do cuidado sob a égide capitalista, cujo sistema aufere valores diferenciados a produção e reprodução mantendo sob a aparência de naturalidade as atividades das mulheres e mães no âmbito doméstico, *locus* de criação e manutenção da vida humana e de sua espécie. Para tal propósito, faremos uma pesquisa bibliográfica qualitativa de inspiração feminista incorporando categorias de análise como gênero, mulheres e classe. Concluímos que a pouca visibilidade desse tema se deve a disputas de narrativas acentuadas pelo discurso masculino em diferentes campos discursivos e passa pelas discussões feministas em reconhecer as interseções de classe e gênero em relação a reprodução da existência dos seres humanos sob uma perspectiva da economia feminista e do cuidado.

Palavras-chave: mulheres, reprodução, trabalho, economia feminista.

Abstract

This article aims to encourage discussions about the existence of women mothers under the capitalist aegis, whose system provides differentiated values to production and reproduction, keeping under the appearance of naturalness the activities of women and mothers in the domestic sphere, locus of creation and maintenance of human life and of your kind. For this purpose, we will carry out a qualitative bibliographic research of feminist inspiration, incorporating analytical categories such as gender, women and class. We conclude that the low visibility of this theme is due to narrative disputes accentuated by male discourse in different discursive fields and passes through feminist missives in recognizing the intersections of class and gender in relation to the reproduction of the existence of human beings from a perspective of feminist economics and of care.

Keywords: women, reproduction, work, feminist economics.

.....

1. Pós-graduanda em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

2. Professora da graduação e pós-graduação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

Resúmen

Este artículo tiene como objetivo fomentar discusiones sobre la existencia de mujeres madres bajo la égida capitalista, cuyo sistema aporta valores diferenciados a la producción y reproducción, manteniendo bajo la apariencia de naturalidad las actividades de las mujeres y madres en el ámbito doméstico, locus de creación y mantenimiento de la vida humana y de su especie. Para ello, realizaremos una investigación bibliográfica cualitativa de inspiración feminista, incorporando categorías analíticas como género, mujer y clase. Concluimos que la baja visibilidad de este tema se debe a disputas narrativas acentuadas por el discurso masculino en diferentes campos discursivos y pasa por misivas feministas en el reconocimiento de las intersecciones de clase y género en relación a la reproducción de la existencia del ser humano desde una perspectiva de economía feminista y del cuidado.

Palabras clave: mujer, reproducción, trabajo, economía feminista.

Introdução

Me di cuenta de que deseaba escribir un libro acerca de la maternidad, pues era un tema crucial, todavía relativamente inexplorado, de la teoría feminista. Pero no fui yo quien eligió el tema; hace mucho tiempo que el tema me eligió a mí.

Adrienne Rich

Os estudos de gênero e feministas avançaram nas últimas décadas, ao passo que as políticas públicas assumiram a tentativa de corrigir discrepâncias, entretanto, nossas instituições ainda se revelam um ambiente que reproduzem desigualdades frente às questões de gênero, pois é nestas que muitas imagens e preconceitos são vividos, produzidos, reproduzidos e legitimados.

Para Catherine Hall (1994) a relação dual com base na crença de que cada um dos sexos nasceu para ocupar distintas esferas [...] “era a regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas tradições. Cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso” (p.70). Portanto, revelou-se imprescindível uma análise de desigualdades que atingem as mulheres mães dada a pouca visibilidade de suas inúmeras atividades. De acordo com Judith Bardwick (1981), a ideia de que tudo que é atributo do sexo masculino é naturalmente melhor do que é próprio do sexo feminino (sexismo), “não deprecia somente o que as mulheres fazem, mas o que as mulheres são” (p. 45).

Quando se torna mãe, a identidade de gênero vincula a mulher quase que imediatamente ao papel de mãe e esposa, fazendo com que ela assuma

inconscientemente, segundo Bourdieu (2005), sem questionar atributos de cuidadora, protetora e colocando-se em segundo plano em relação a sua família e trabalho.

Nesse sentido, o texto se trata de uma pesquisa bibliográfica, revisitando conceitos precípuos, baseando-se em autoras como Donna Haraway (1995) que afirma que gênero não é a mesma coisa que sexo, embora ambos sejam desconstruções sociais. Dentro dessa perspectiva, Scott (1994) afirma que gênero é “esse saber, esse conhecimento das diferenças sexuais, é o significado da compreensão produzido pelas culturas, é um saber em transformação, instituições, rituais, práticas cotidianas. Um saber sobre a realidade social que a organiza”.

Sobre a categoria mulheres temos o apoio em Judith Butler, a qual afirma que esta não se vincule a posturas universalistas com experiências atreladas à feminilidade hegemônica, maternidade e sexualidade, pois isso implica em estabelecer normas excludentes (Judith BUTLER, 2003, p. 34). Então esta autora entende a categoria como “um conjunto de encontros dialógicos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente” (BUTLER, 2003, p. 35).

No que diz respeito à economia feminista, Cristina Carrasco foi o ponto de partida, enfatizando as práticas realizadas nos lares, bem como a articulação destas com a manutenção do sistema que oculta a mulher. Em função disso, nega-se a categoria econômica do trabalho não remunerado, de tal modo a ser excluída nas análises econômicas (Cristina CARRASCO, 2008). Diante disso foi preciso adentrar, ainda, conceitos como patriarcado, por meio de leituras de Nancy Fraser (2009), Heleieth Saffioti (2015) e Angela Davis (2016), e maternidade com o apoio de Bell Hooks (2019) e Adrienne Rich (2019).

Essas autoras subsidiaram a desconstrução de conceitos rígidos, flexibilizando a teoria para que incorpore todas as mulheres analisadas, sem um viés sexista ou qualquer outro fator delimitador. Para o desencadear do trabalho fora utilizada a pesquisa qualitativa de inspiração feminista pois as metodologias feministas têm trazido nos últimos anos novas possibilidades para o estudo das dinâmicas sociais:

[...] as metodologias feministas pretendem, acima de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências dos homens e das mulheres,

bem como os significados que homens e mulheres constroem acerca das suas realidades sociais. E é precisamente esta lógica de compromisso declarado que consideramos ser a mais valia das metodologias feministas (Sofia NEVES; Conceição NOGUEIRA, 2005, p. 409).

Nestas experiências focaremos na relação entre o capitalismo, sociedade atual e a manutenção da invisibilidade das mulheres e do trabalho não remunerado de cuidar sem ao menos ser visto como propulsor da economia, quer seja na perspectiva da gestão do lar, da comunidade e do planeta.

1. Divisão Sexual do Trabalho: Gênero ainda importa

Para Christine Delphy (1985), o homem seria o burguês e a mulher o proletário, analogia, inspirada em Engels, (2008 [1884]). Friederich Engels afirmava que a sujeição da mulher é produto das relações sociais, portanto pode ser modificada, porém a divisão do trabalho masculino e feminino é algo natural (biológico), reafirmando o mito do homem caçador e da mulher que cuida da casa. Entretanto, mulheres não se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas, exerceram trabalhos assalariados em dados momentos históricos (com exceção das que integravam a classe dominante). Assim, Engels reproduziu um estereótipo que ainda persiste. Apesar de ser contra a concepção naturalista de dominação, analisa o trabalho doméstico como algo naturalmente feminino.

Em contrapartida Pierre Naville argumenta que a separação dos sexos não tem nada de natural, que as “inferioridades físicas” da mulher não a impediriam de exercer qualquer trabalho, mas que “o problema consiste precisamente em criar condições sociais, biológicas, pedagógicas e tecnológicas nas quais as mulheres possam participar da vida profissional da nação sem prejudicar sua natureza física particular.” (NAVILLE, 1948, p. 98, *apud* Michel LALLEMENT, 2014, p. 375).

Ele ainda salienta que quando foi preciso, as profissões femininas migraram para transportes e mecânica sem dificuldades para atender a demanda. Portanto, a noção de aptidões é ilusória. A existência de desigualdades profundas projeta nos jovens a noção de que o trabalho exercido pelo homem é mais significativo, desvalorizando aquele exercido pela mulher, assim, não somente o sistema não é simétrico em relação à força de trabalho, como isso reflete nas relações sociais constantemente, o que explica os trabalhos

ditos femininos ainda serem mal remunerados. Para a professora Magda de Almeida Neves:

O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários-mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários-mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens. (Magda de Almeida NEVES, 2007, p. 14-15)

Após a Segunda Guerra Mundial (no norte global) instaura-se ainda mais essa divisão de trabalho entre homens e mulheres, que valoriza o modelo do homem que seria o “ganha-pão” (LALLEMENT, 2014, p. 379) e desvaloriza o da mulher, criando o mito da mulher inativa, que se limita ao trabalho doméstico, apagado e ignorado por não ser considerado produtivo. Aqui tem início o apagamento do trabalho de cuidar.

Estudiosos reconhecidos tentaram justificar essa repartição de papéis que se impõe ao imaginário ocidental. No entanto, a linha é tênue, entre as tarefas domésticas e o trabalho considerado produtivo, para as mulheres que sempre precisaram se dividir entre as duas formas de trabalho. Apenas recentemente historiadores e historiadoras vêm demonstrando que, contrariamente às representações dominantes, as mulheres (proletárias) sempre trabalharam.

Enfim, o próprio sistema educacional prevalece nas exigências do sistema produtivo, assegurando desigualdades. As mulheres recebem qualificação inferior, permanecendo em menor número nas profissões de prestígio, assim, as divisões sociais do trabalho acabam que se sobressaem às capacidades individuais.

1.1 0 Trabalho Feminino: perspectivas interseccionais de gênero e classe

Os movimentos feministas moveram fronteiras de gênero. Assim, sobre a segunda onda feminista Fraser reitera os seus efeitos:

Com o benefício da visão retrospectiva, podemos ver agora que o surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, da variante organizada pelo Estado, que acabou de ser analisada, para o neoliberalismo. [...] No Terceiro (mundo), por contraste, a neoliberalização foi imposta usando a dívida como ameaça, como um programa forçado de “ajuste estrutural” o qual subverteu todos os princípios

centrais do “desenvolvimentismo” e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais. Curiosamente, a segunda onda do feminismo prosperou nestas novas condições. O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa de base ampla. Atraindo partidários de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos. O efeito não foi apenas ampliar imensamente as fileiras de ativistas, mas também transformar as visões de senso comum de família, trabalho e dignidade. (Nancy FRASER, 2009, p.22-23)

Nesse ínterim, as mulheres (burguesas) estavam pouco preocupadas com a exploração sofrida pelas mulheres da classe trabalhadora, estabelecendo uma mulher universal. A crítica a esse feminismo burguês foi feita pelas feministas socialistas, Alexandra Kollontai denunciava essa vertente pela busca da igualdade sem questionar seus próprios privilégios, mantidos dentro da ordem social estabelecida. Nesse sentido, foram as feministas socialistas que introduziram a importância de se pensar a classe dentro do movimento feminista.

Gênero, portanto, não pode ser lido autonomamente, sem se pensar em classe, em trabalho. Não só a categoria gênero, como também raça e sexualidade, devem fazer uma leitura que vá à raiz da opressão. Isto é, antes dessas categorias, devemos pensar na ideia de classe. Haja vista que o feminismo marxista afirma que o capitalismo, apesar de não inventar a opressão de gênero, apropriou-se dela a seu favor. Diante dessas assertivas entendemos que uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero é uma luta que tolera e legitima a exploração das mulheres.

Outra problematização expõe as hierarquias entre as mulheres, mostrando que os privilégios de classe as posicionam diferentemente. É essa aproximação do problema que Saffioti (2013, p. 133) expressou ao dizer que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”.

Logo, “o debate feminista no seio do marxismo parte da recusa à percepção de que a desigualdade de classe de alguma maneira subsume todas as outras” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34).

1.2 Gênero e Classe: Categorias indissociáveis

Nos últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre a categoria mulher, confirmando a pluralidade de posições teóricas existentes, como a teoria feminista, que fundamenta a área dos estudos de gênero. Nicholson expõe “quero sugerir que pensemos no sentido de ‘mulher’ (...) como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características”. (Linda NICHOLSON, 2000, p. 34-35)

Linda Nicholson (2000) acredita não em uma interseção do gênero com as diferenças de raça, classe, etc., mas em uma coexistência desses vários fatores: “nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ser mulher” (p.15).

No que concerne à classe, estudos revelam cada vez mais as desigualdades de gênero, sobretudo em países imperialistas do Sul Global, para Cecília Toledo (2008, p. 77) “é preciso polemizar essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de gênero, restringe sua luta aos marcos do capitalismo e ignora o problema de classe”.

Mulheres estão sujeitas à violência patriarcal que submete suas vidas e corpos, transformando-os em objetos de consumo, mercantilizados, adentram o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Essa diferença diz respeito, inclusive, às formas de combate possíveis dentro da violência patriarcal impetrada.

Mulheres são oprimidas por serem mulheres. Mulheres da classe trabalhadora, além da opressão patriarcal, sofrem a exploração de classe.

[...] uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade de gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa (Joan SCOTT, 1989, p. 10).

Entretanto, “no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise” (SCOTT, 1989, p. 13).

As feministas marxistas sobrepõem as questões econômicas às de gênero e, na ânsia de “encaixar” as análises sobre a questão da mulher no escopo geral da luta de classes, não permitiram o desenvolvimento de novas perspectivas de análise.

Logo, partindo do feminismo marxista a exploração de classe que atinge o conjunto do proletariado, atinge a mulher, e a opressão patriarcal pode ser e é perpetuada em meio a sua própria classe. Portanto, o patriarcado funciona como um sistema de poder no qual se assenta o capitalismo, os homens da classe trabalhadora, enfim, acabam por exercer a violência patriarcal sobre suas companheiras.

2. Feminismo, capital e a ponta do iceberg

A partir da segunda metade do século XX, o apagamento histórico de gênero, passa a ser questionado pelas teorias feministas, rompendo consideravelmente, redomas de opressão de gênero. No entanto, a opressão prevalece e não se dá desassociada da classe. Obviamente, a mulher pobre se diferencia da mulher de classe média, que se diferencia da negra ou da indígena.

Compreendendo o fato de que o sufrágio ou a luta pela liberdade de se trabalhar foram lutas burguesas, já que a mulher pobre sempre trabalhou, é primordial um ponto de vista interseccional, ancorado no feminismo marxista.

Nesse ínterim, o trabalho de cuidar ou doméstico foi invisibilizado, não relacionado à sobrevivência do capitalismo, usado pelo capital e pelo homem, que oprime a mulher dentro lar, ainda que seja um socialista. O que explica, em partes, o fracasso do socialismo, que não considerou a força de trabalho da mulher.

Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, conseqüentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a resignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal – sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro. (FRASER, 2009, p.30)

A economia feminista ou economia do cuidado a princípio buscava o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O capitalismo nunca satisfaz totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção, sendo o trabalho doméstico uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho.

Assim, o trabalho de cuidar, embora imprescindível à manutenção do capital, se manteve invisibilizado. Cristina Carrasco (2018) atribui a invisibilidade do trabalho realizado na esfera privada a dois grandes motivos: o primeiro está relacionado ao caráter ideológico patriarcal, que atribui maior valor às atividades desenvolvidas pelo poder masculino, já que o próprio grupo dominante é responsável pela atribuição de valores; o segundo se relaciona ao funcionamento dos sistemas econômicos, os quais procuram se apresentar como autônomos, ocultando a importância do trabalho de cuidar, essencial à produção e à manutenção da força de trabalho e da vida.

Em suma, para (CARRASCO, 2018) cuidar é inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana, comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas, mas, sobretudo, porque estão naturalizadas.

2.1 Cuidar: O Trabalho Submerso

Nem a economia clássica, nem o marxismo científico estimaram como produtivo o trabalho da mulher em casa. Assim, a partir de a segunda onda feminista iniciou-se uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos lares, por consequência, sobre o trabalho doméstico que se estende à atualidade, e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas.

O trabalho doméstico é visto como uma questão fundamental da opressão feminina, portanto, é óbvia a necessidade de valorização social do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres. Uma das questões apresentadas a respeito da desvalorização do trabalho doméstico e não reconhecimento do mesmo está ligada ao fato desse trabalho não se encaixar nos conceitos de trabalho regularmente utilizados, ou seja, não é uma atividade remunerada, portanto, não produtiva para os moldes capitalistas.

Cristina Carrasco resume que “não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social” (CARRASCO, 2008, p. 99). Se não há valor de mercado então nega-se o trabalho doméstico, pois ele não tem ciclos de acumulação com relações salarizadas e seus produtos não têm valor no mercado. Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, é difícil, sendo o mesmo subestimado. Em suma, “a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres” (Irma ARRIAGADA, 2007, p. 244).

Atualmente,

A maior inserção da mulher no mercado de trabalho também não significa uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos; as mulheres continuam dedicando maior tempo a estas atividades do que os homens. Esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido. (NEVES; PEDROSA, 2007, p.15)

Esta discussão de Neves se articula as discussões de Silvia Federici (2017) ao entender que mulheres cumprem jornadas múltiplas em diferentes espaços e pelo fato do trabalho ser exercido por elas ou é desvalorizado ou não é produtivo.

2.2 O Trabalho Invisível das Mulheres e Manutenção da Sociedade Atual

Ao perspectivar a Economia do Cuidado e a Economia Feminista, e a construção das relações de gênero nos deparamos com a invisibilidade do cuidado. Seres humanos compõe uma espécie que sobrevive apenas a partir do cuidar, naturalizado por longos anos. A própria concepção de trabalho dos clássicos aos neoclássicos da economia política burla constantemente essas relações não mercantis e garante a negação dessa economia de valor macro e microeconômico. Se redefiníssemos o conceito de economia e olhássemos para a interdependência entre a produção de bens e serviços mercantilizados com trabalho de cuidados familiares sem remuneração veríamos como este último amortece as contingências negativas para as pessoas em atividade remuneradas, para sindicatos, para teóricos marxistas, feministas liberais, etc.

Somente a partir de 1970, a Economia Feminista inicia discussões sobre a necessidade de renovação epistemológica da Teoria Econômica para contribuir com a visibilidade do Cuidado como um eixo de sustentabilidade das atividades de produção material da existência humana e um aporte basilar de bem-estar da população em uma escala individual, familiar, interpessoal, institucional e sociocultural.

O trabalho não-remunerado de cuidar que mulheres exercem dentro de suas casas para com os seus geralmente foi ignorado na sua relevância, inclusive pela academia e por autores clássicos, dentre eles economistas tanto liberais quanto marxistas, assim como, pelo feminismo liberal. Reflexões e/ou preocupações acerca do valor ético e econômico do trabalho de cuidar eram consideradas irrelevantes, apesar de ser esse trabalho que permite a sobrevivência e a evolução de nossa sociedade, sendo, portanto, imprescindível à economia e à manutenção do atual sistema.

Assim, o cuidar sempre esteve oculto, pois o trabalho doméstico possui ciclos de acumulação, não estabelece relações salarizadas e seus produtos não têm preço no mercado. “El primero conlleva una explotación de clase a través del trabajo asalariado y el patriarcado una opresión de género materializada en el trabajo doméstico” (Amaia OROZCO, 2014, p.46). Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, seu valor, é difícil, “a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres” (ARRIAGADA, 2007, p. 244). Dessa forma, atividades corriqueiras como alimentação e limpeza são necessidades naturalizadas, como se não fosse, alguém que dispendesse tempo e trabalho para propiciá-las. Atua, assim, a “mão invisível” (e/ou o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar:

Se Adam Smith tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio, também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias. (MARÇAL, 2015)

Obviamente Adam Smith olhou de modo generificado, pois na obra “Riqueza das Nações” auferia que o trabalho doméstico devia ser feito pelas mulheres por razões naturais (1998, p. 387). Também era considerado por ele um trabalho sem valor econômico por desaparecer e, por isso, elas não teriam direitos políticos. Sobretudo com a Economia do Cuidado ou Economia Feminista que novos olhares de feministas e do feminismo se põem a lutar pelo reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho.

2.3 Trabalho Reprodutivo: Gestar, Parir e Cuidar

A maternidade como conhecemos foi construída ao longo da história, sendo o “maternar” um verbo atual, que por si, explicita ação. Gestar, parir, amamentar, cuidar são verbos de ação, a maternidade não é passiva, não é um estado feminino, mas um conjunto de atitudes imprescindíveis à sobrevivência humana, embora não seja socialmente natural, apesar de sua natureza biológica.

La vida humana de este planeta nace de la mujer. La única experiencia unificadora, innegable, compartida por mujeres y hombres, se centra en aquellos meses que pasamos dentro del cuerpo de una mujer, desarrollándonos. Las criaturas humanas dependen de la lactancia durante un periodo de tiempo mucho más largo que el resto de los mamíferos; la división del trabajo, establecida desde antiguo entre los grupos humanos, asigna a las mujeres no solamente la función de parir y de criar, sino también la absoluta responsabilidad para con los hijos. (Adrienne RICH, 2019, p.38)

Rich ainda salienta que para Engels, “(y para las sucesivas generaciones marxistas), la opresión de la mujer tiene una simple causa económica y una solución asimismo económica.” (2019, p. 133). O que, obviamente, sabe-se hoje, ser um pensamento raso, já que, os estudiosos homens, nunca teorizaram, de forma apropriada, as questões relacionadas às mulheres, muito menos, no que diz respeito ao materno.

O gestar, o parir e o amamentar foram tomados à força das mulheres, ao passo que, os homens, médicos, assumiram o protagonismo nos cuidados da gestação ao parto, vendendo nossos corpos ao mercado cesarista, ou à violência obstétrica dos partos normais passivos.

Comencé a pensar acerca del parto a partir de la hipótesis de que los hombres, poco a poco, añadieron el papel de asistente de parto, de esa forma, asumieron la autoridad sobre la esfera misma que en sus orígenes había sido la fuente del poder y del carisma femeninos. Pero por varias razones —la aparición del partero y el obstetra en una sola persona— el sufrimiento pasivo y la experiencia arquetípica femenina del parto se consideraron idénticos. El sufrimiento pasivo se tomó como un destino «natural», universal, femenino, trasladado a todas las esferas de nuestra experiencia; solo cuando comprendamos esto en su totalidad, habremos desarrollado un conocimiento útil para salir de esta «tolerancia» centenaria del sufrimiento y alcanzar un nuevo ser activo. Sorprende la cantidad de mujeres —no solo pobres e ignorantes, sino cultivadas y de clase media— que se

aproximan al momento del parto insistiendo en que desean conocer sobre ello lo menos posible: «Que me duerman y que el médico se las arregle». (RICH, 2019, p. 150-151)

Da mesma forma, nosso leite foi desacreditado, ninguém duvida de que uma vaca produza leite para seus bezerros, mas a falácia de que não teremos leite suficiente assombra todas as gestantes e recém-mães, a dúvida instaurada acerca da produção da mulher gera bilhões às indústrias alimentícia e farmacêutica anualmente. Sem mencionar a sexualização das mamas, que para amamentar devem ser cobertas, porém expostas, sem censura, quando a serviço do patriarcado.

O papel masculino termina aqui, a mulher gestou, pariu, não amamentou, e agora deverá cuidar, manter viva a cria, e a que custo? Nos dias atuais o custo é a abdicação da carreira, a sobrecarga, a jornada tripla e, por fim, a invisibilidade, tanto para os homens e a sociedade em geral, quanto para grande parte das feministas.

2.4 O Feminismo inclui as Mães?

O feminismo é um campo político tanto quanto teórico-epistemológico, que, embora tenha assumido variadas tendências, vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, em permanente (des)construção, o feminismo, sem dúvidas é o movimento social que mais repensa seus rumos. No entanto, as feministas

[...] não atribuíam muita relevância e valor à parentalidade feminina, à maternidade. Isso foi um erro. O ataque das primeiras feministas à maternidade alienou uma grande massa de mulheres do movimento, especialmente as mulheres pobres e/ou não brancas, para quem a parentalidade era uma das poucas relações em que se sentiam afirmadas e apreciadas. Infelizmente, o atual foco positivo na maternidade se apoia muito em estereótipos sexistas. (Bell HOOKS, 2019, p.186)

Sem incluir mães, não há o que se pensar sobre feminismo e lutas das mulheres. Feminismo é justamente sobre mães, infelizmente, teorizar a maternidade nunca foi uma prática constante dentro dos estudos de gênero, certamente a maior lacuna entre as feministas atuais é abarcar o que é materno e o que não é (aborto).

O senso comum afirma que feminismo é luta por direitos iguais, e isso influenciou irremediavelmente o pensamento de gerações de mulheres que passaram a acreditar que a luta feminista é baseada tão somente na independência financeira, esquecendo-se daquelas mulheres que, por imposição social, tornaram-se mães e se encontram na mais profunda solidão, abandonadas por homens e mulheres, criando suas crianças que são alvos de ódio e desprezo social constantes.

As mulheres precisam saber (e estão cada vez mais longe dessa informação) que o feminismo não consiste em se vestir como uma celebridade ou se tornar executiva de uma grande corporação ou obter cargos eletivos; não significa ser capaz de conciliar emprego e casamento, de passar as férias esquiando e dispondo de muito tempo com seu marido e seus dois filhos queridos porque você possui uma empregada doméstica que possibilita tudo isso para você, mas que não possui nem tempo nem dinheiro para fazer o mesmo para si; [...] e, mais enfaticamente, não significa se tornar uma detetive policial ou uma agente secreta da CIA ou uma almirante da marinha. Mas se essa imagem distorcida do feminismo possui mais realidade que a nossa, somos em parte culpadas por isso. (Bell HOOKS, 2019, p. 34).

Na atualidade, a partir, inclusive, do senso comum, permanece a visão de que a maternidade seria o obstáculo maior à libertação das mulheres.

Nos primeiros estágios do atual movimento de libertação das mulheres, as análises feministas sobre a maternidade refletiam o viés de raça e classe das participantes. Algumas mulheres de classe média e com ensino superior propuseram o argumento de que a maternidade constituía um sério obstáculo à libertação das mulheres, um mecanismo ardiloso destinado a confinar as mulheres em casa, mantendo-as prisioneiras de tarefas domésticas como limpar, cozinhar e cuidar de filhos. Outras simplesmente identificaram na maternidade e na criação dos filhos o locus da opressão da mulher. (Bell HOOKS, 2019, p. 184)

Entretanto, é preciso transformar essa visão da maternidade, pois:

Se as mulheres negras tivessem expressado sua visão sobre a maternidade, esta certamente não teria sido definida como um sério obstáculo à nossa liberdade como mulheres. Racismo, falta de emprego, falta de habilidades ou de formação e várias outras questões estariam no topo da lista – menos a maternidade. (Bell HOOKS, 2019, p. 184)

Para hooks, “os métodos de exclusão praticados pelas mulheres que dominam o discurso feminista têm tornado quase impossível a emergência de teorias novas e diversas. O feminismo tem sua linha oficial, e as

mulheres que anseiam por uma estratégia diferente, por fundamentos distintos, são normalmente proscritas e silenciadas” (2019, p. 36), o que mantem o debate raso, e as mulheres não querem ter filhos, em grande parte, por acreditarem que a maternidade pode ser o ponto final de muitos dos seus planos, e do seu próprio bem-estar, embora, essa culpa não seja da maternidade, e sim da cultura patriarcal que se beneficia e explora nosso trabalho produtivo e reprodutivo.

Entretanto, usar a maternidade, por meio de nossos corpos, para nos restringir é algo antigo e eficaz, que precisa ser problematizado em busca dos verdadeiros opressores. Crianças não oprimem, bebês não atrapalham a vida de uma mãe, amamentar não é escravidão. Emocionalmente gerar, parir, amamentar, cuidar é revigorante, só é fardo porque não há, de fato, uma divisão justa com pais, familiares e sociedade, além da maternidade inconsciente, compulsória, meramente reprodutiva que adoce mulheres ao longo dos tempos. Para Hooks (2019, p. 188)

A parentalidade feminina é um trabalho relevante e valioso que precisa ser reconhecido como tal por qualquer pessoa, incluindo as ativistas feministas. Ela deveria ser reconhecida, louvada e celebrada dentro de um contexto feminista em que se conta com o renovado esforço para repensar a natureza da maternidade; para fazer com que a maternidade não seja para as mulheres nem uma experiência compulsória, nem uma fonte de exploração e opressão; para tornar a parentalidade feminina algo bom e efetivo, quer seja realizada em conjunto com um parceiro, quer seja feita exclusivamente pela mulher.

Por fim, ao feminismo cabe abraçar, de fato, as mulheres-mães, pois elas são os pilares de qualquer luta ou sociedade.

La vida humana de este planeta nace de la mujer. La única experiencia unificada, innegable, compartida por mujeres y hombres, se centra en aquellos meses que pasamos dentro del cuerpo de una mujer, desarrollándonos. Las criaturas humanas dependen de la lactancia durante un periodo de tiempo mucho más largo que el resto de los mamíferos; la división del trabajo, establecida desde antiguo entre los grupos humanos, asigna a las mujeres no solamente la función de parir y de criar, sino también la absoluta responsabilidad para con los hijos. (Adrienne RICH, 2019, p. 38)

Rich ainda salienta que para Engels, “(y para las sucesivas generaciones marxistas), la opresión de la mujer tiene una simple causa económica y una

solución asimismo económica” (2019, p. 133). O que, obviamente, sabe-se hoje, ser um pensamento equivocados, já que, os estudiosos homens, nunca teorizaram, de forma apropriada, as questões relacionadas às mulheres, muito menos, no que diz respeito ao materno.

Contudo, aqui, almeja-se uma maternidade que enverede para um caminho autônomo, ativo e consciente, talvez, ainda compulsória, porém alerta, assim, para que as mulheres vivenciem boas experiências maternas é preciso que paremos de meramente reafirmar que a maternidade é uma forma de controle social e entendamos os meandros dessa afirmação, ao passo que toda a sociedade seja responsabilizada pelos cuidados com os seres humanos e não apenas as mulheres.

Considerações Finais

Ao perspectivar a construção e desconstrução das relações de gênero com vistas a mudanças em políticas institucionais nos deparamos com a invisibilidade do cuidado. Embora os seres humanos sejam parte de uma espécie que sobrevive apenas com cuidados, da gestação à velhice, a própria concepção de trabalho dos clássicos aos neoclássicos da economia política burla constantemente essas relações não mercantis e garante a negação dessa economia que também possui valor macro, meso e microeconômico.

Carrasco ao significar *Oikos*, do qual deriva a palavra economia, observa que esta abarca a gestão do lar (2008) e não apenas um sistema econômico e político planetário. Nesse sentido, ela pontua a interdependência entre a produção de bens e serviços mercantilizados com trabalho de cuidados familiares sem remuneração e como este último amortece as contingências negativas para as pessoas em atividade remuneradas, para sindicatos, para teóricos marxistas e para teóricas feministas neoliberais.

Somente a partir de 1970, a Economia Feminista e os feminismos iniciam discussões sobre a necessidade de renovação epistemológica, sobretudo, da Teoria Econômica para contribuir com a visibilidade do Cuidado como um eixo de sustentabilidade das atividades de produção material da existência humana e um aporte basilar de bem-estar da população em uma escala individual, familiar, interpessoal, institucional e sociocultural. Também rediscutem a sexualização das atividades do cuidado e da maternidade. Observam a grande relevância do cuidado e seu sentido para o bem-estar da maioria

cujos trabalhos simultâneos demandaram energia, especialização e tempo com o mamífero mais vulnerável da espécie na natureza.

Referências

ARRIAGADA, Irma. *Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina*. In: ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira.; PICANÇO, Felicia Silva.; SCALON, Celi. (orgs). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007, p. 198-249.

BARDWICK, Judith. M. *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da autorrealização alteraram nossas vidas*. São Paulo: DIFEL, 1981.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, jul/dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRASCO, Cristina. *La Economía Feminista: una apuesta por otra economía*. In: VARAM M.J. (Coord.) *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2008, p. 45-87.

CARRASCO, Cristina. *Mujeres, sostenibilidad y deuda social*. *Revista de Educación*, n. Extraordinário, p. 169-191, 2009.

CARRASCO, Cristina. *A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução*. *Temáticas*, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

DELPHY, Christine. *Por un feminismo materialista*. 1985. In: <https://www.worldcat.org/title/por-un-feminismo-materialista-el-enemigo-principal-y-otros-textos/oclc/25066141>. Acesso em maio de 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. (1884). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

ENGELS, Friedrich. (1845). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FRASER, Nancy. *O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História*. In: *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, jul/dez. 2009, p. 11-33.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

- HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1995, p. 7-41.
- HALL, Catherine. *A história da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.
- HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: *Ciência y feminismo*. Madri: Ediciones Morata, 1996, pp. 15 - 27.
- HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro / bell hooks ; tradução Rainer Patriota*. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KOLLONTAI, Alexandra. Os sindicatos e a trabalhadora. 1921. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.
- LALLEMENT, Michel. Pierre Naville e a divisão do trabalho entre sexos: o sistema produtivo em última instância. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- LALLEMENT, Michel. *Comparações internacionais: desafios para os estudos sobre trabalho e gênero*. Tempo Social, 26(1), 2014, p. 147-161.
- MARÇAL, Katrine. *Who cooked Adam Smith's dinner? A story about women and Economics*. Londres: Portobello Books, 2015.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- NEVES, Magda de Almeida. *Entrevista com a professora Magda de Almeida Neves*. 2011. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-profesores-da-educacao-basica-sao-mulheres.html>. Acesso em: 08/09/2021.
- NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. *Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.
- NEVES, Sofia.; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.18, n. 3, p. 408-412, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- OROZCO, Amaia Perez. *Subversión feminista de la economía. Maquetación y diseño de cubierta: Traficantes de Sueños [taller@trafi cantes.net]* Edición: Traficantes de Sueños C/ Embajadores, 2014.
- REIS, Daniele Fernandes. *Ideias subversivas de gênero em Beauvoir e Butler*. Sapere Aude – Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.360-367 – 1º sem. 2013. ISSN: 2177-6342. Acesso em janeiro de 2021.

RICH, Adrienne. *Nacemos de mujer. La maternidad como experiencia e institución*. Traficantes de sueños; ISBN: 9788494914775; 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. (2013) [1969], *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. (3a ed.). São Paulo, Expressão Popular.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1994.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2008.

Recebido em 5 de agosto de 2021.

Aceito em 3 de setembro de 2021.